



A (COM)VIVÊNCIA DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA FRENTE À BNCC E AO NOVO ENSINO MÉDIO: ESTUDO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CREDE 19

Rogério Celestino Araújo¹

Dr. Francisco Edmar de Sousa Silva Pinheiro²

Dra. Antônio Carlos da Silva³

INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990, a educação básica brasileira vem sendo reconfigurada por uma agenda neoliberal que expandiu avaliações em larga escala, mecanismos de responsabilização e gestão orientada por resultados. Esse movimento ganhou maior força com a BNCC (2017/2018) e com a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), consolidando uma lógica de eficiência que desloca as Ciências Humanas para posições periféricas. Nesse cenário, a Geografia — historicamente voltada à leitura crítica do espaço, das desigualdades e das relações socioespaciais — perdeu carga horária, teve conteúdos fragmentados e passou a disputar espaço em currículos mais estreitos.

Na Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE 19, entre 2018 e 2024, esses efeitos tornaram-se bastante visíveis. Na região do CRAJUBAR (conturbação dos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), professores relataram perda de autonomia, limitações impostas pelo Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS), dificuldades para trabalhar categorias fundamentais da disciplina e crescente pressão por resultados imediatos. Muitos docentes destacaram que a Geografia deixou de acompanhar a complexidade do território vivido pelos estudantes, reduzindo a profundidade conceitual e inviabilizando práticas essenciais, como cartografias sociais, saídas de campo e análises territoriais.

Buscando compreender criticamente essas transformações, a pesquisa adotou o materialismo histórico-dialético, articulando revisão documental e bibliográfica com um questionário aplicado a professores da CREDE 19. As respostas evidenciaram perda de tempo pedagógico, enfraquecimento da formação crítica e impactos da cultura avaliativa do

¹ PROFGEO/URCA. rogerio.celestinoaraujo@urca.br

² PROFGEO/URCA – Orientador. edmar.pinheiro@urca.br

³ DEGEO-LEG/URCA – Co-orientadora. antonia.carlos@urca.br



SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica) e das políticas de desempenho.

Como desdobramento, foi criado um fórum *on-line* permanente sobre BNCC (Base Nacional Comum Curricular), Novo Ensino Médio e ensino de Geografia. Esse espaço tornou-se um ambiente de diálogo e mobilização, fortalecendo redes docentes e reafirmando a Geografia como área essencial para compreender e transformar o território vivido.

CURRÍCULO, NEOLIBERALISMO E FORMAÇÃO CRÍTICA: CONTRADIÇÕES DO PROJETO EDUCACIONAL BRASILEIRO

O currículo educacional é mais que um conjunto de conteúdos: expressa disputas históricas e políticas sobre quais conhecimentos são valorizados e a quem servem. Apple (2013) destaca que ele jamais é neutro. Desde a escola moderna, funciona como mecanismo de seleção cultural, legitimando saberes dominantes e naturalizando desigualdades, como evidenciam Bourdieu (1998) e Bourdieu & Passeron (1970).

Mas o currículo também pode ser instrumento de transformação. Para Saviani (2011, 2013) e Paulo Freire (1996), quando articulado à experiência concreta dos estudantes e aos conhecimentos historicamente produzidos, ele se torna caminho de leitura crítica da realidade, expressando escolhas éticas e políticas.

A história da educação brasileira mostra essa tensão: do tecnicismo de Tyler (1949) às reformas neoliberais dos anos 1990 e 2000, marcadas por competências e avaliações em massa. Em reação, autores como Moreira & Silva (2002), Giroux (1997) e Sacristán (2000) ampliaram a concepção de currículo como espaço de cultura, identidade e resistência.

No ensino de Geografia, esse embate é ainda mais evidente. Uma disciplina criada para compreender o território, suas contradições e desigualdades (Carlos, 2015; Santos, 2000, 2008) vem sendo reduzida pela lógica das competências da BNCC, limitando sua potência formativa e aprofundando o empobrecimento conceitual. Discutir currículo, portanto, é discutir o tipo de sociedade que se pretende construir — entre formar mão de obra adaptável ou sujeitos críticos.

A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO DO BRASIL

Desde a Antiguidade, a Geografia nasce da necessidade humana de compreender o território vivido. Dos mapas de Anaximandro e dos cálculos de Eratóstenes aos estudos de



Humboldt e Ritter, a disciplina se consolidou como campo científico voltado a explicar relações entre sociedade e natureza. Em 1976, Yves Lacoste mostrou que essa explicação nunca foi neutra: a Geografia pode servir ao controle ou à emancipação.

Hoje, essa dimensão crítica é pressionada pela lógica neoliberal que atravessa o currículo escolar. A BNCC, o Novo Ensino Médio e o foco em competências reduzem a disciplina a habilidades operacionais, distanciando-a dos conflitos que estruturam o território — desigualdades urbanas, disputas por terra, impactos ambientais e circulação de capitais.

Ainda assim, sua importância permanece incontornável. Para Milton Santos, o espaço é um conjunto de objetos e ações, e autores como Carlos, Callai e Haesbaert reforçam que ensinar lugar, território, escala e multiterritorialidade é formar consciência crítica. Valorizar a Geografia significa transformar o território em sala de aula — mapear, investigar, comparar dados, ler mapas criticamente e perguntar quem ganha e quem perde com certas políticas e obras públicas.

A trajetória da disciplina no Brasil — ora nacionalista, ora tecnicista, ora crítica — revela esse pêndulo constante. As reformas recentes reforçaram pressões por eficiência, enfraquecendo sua função formativa. Defender a Geografia hoje é defender o direito dos estudantes de compreender e agir sobre o mundo.

A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO CEARENSE: DO LICEU À LÓGICA NEOLIBERAL

A história da Geografia escolar no Ceará expressa disputas profundas sobre o tipo de formação desejada para a juventude. Desde o Liceu do Ceará (1844), a disciplina oscilou entre uma função patriótica e tecnicista e sua vocação crítica voltada ao território. Essa oscilação acompanha reformas nacionais (1931, 1942, 1971, 1996, 2017/2018 e 2024) e decisões locais.

Políticas como o SPAECE, as EEEP (Escola Estadual de Educação Profissional), as EEMTI (Escola de Ensino Médio de Tempo Integral), o NTPPS e o DCRC (Documento Curricular Referencial do Ceará), reorganizaram tempos e prioridades, fragilizando as Ciências Humanas e deslocando a Geografia para posições secundárias. A disciplina atravessou fases diversas — da memorização do século XIX ao civismo da Primeira República, do nacionalismo do Estado Novo ao tecnicismo da ditadura, até recuperar criticidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs – 1998).



A partir dos anos 2000, a lógica gerencial e as avaliações em larga escala estreitaram ainda mais o currículo. A BNCC (2018) e o DCRC (2019) buscaram territorializar conteúdos, mas mantiveram a lógica das competências. Nas escolas de tempo integral, o NTPPS abriu possibilidades, mas também retirou horas de disciplinas estruturantes.

O desafio atual, após a revisão do Novo Ensino Médio (Lei 14.945/2024), é recolocar as categorias geográficas — território, lugar, paisagem, região e escala — no centro do currículo e transformar o NTPPS em aliado. Em síntese, a trajetória da Geografia no Ceará revela a disputa entre métrica e emancipação.

RESULTADOS

Entre 2018 e 2024, o ensino de Geografia na CREDE 19 enfrentou tensões provocadas pela BNCC e pelo Novo Ensino Médio, que reorganizaram o currículo e deslocaram a disciplina para a periferia. A redução da carga horária fragmentou sequências didáticas e enfraqueceu categorias centrais — espaço, território, lugar, paisagem — levando muitos docentes a afirmar que “a Geografia perdeu o fio da história”.

As reformas chegaram de modo pouco dialogado, com formações rápidas e impositivas, gerando a sensação de ausência de construção coletiva. A pressão do SPAECE agravou o quadro: mesmo não sendo avaliada, a Geografia perdeu aulas para ações voltadas às disciplinas dos indicadores, reforçando sua desvalorização.

A organização por áreas e itinerários formativos intensificou o problema, produzindo projetos superficiais e distantes das bases epistemológicas da Geografia. A fragmentação dos conteúdos e a lógica das competências reduziram as possibilidades de investigar o território, realizar trabalhos de campo e produzir análises críticas.

Apesar disso, a pesquisa identificou estratégias de resistência. Professores mantêm viva a leitura crítica do espaço, discutindo semiárido, conflitos territoriais, urbanização do Crajubar e desigualdades regionais, mesmo com tempo reduzido. Essas práticas revelam compromisso intelectual e político que supera as imposições das reformas.

O fórum *on-line* criado pela pesquisa tornou-se espaço de escuta e colaboração, permitindo que os docentes se sentissem ouvidos e conectados, fortalecendo a mobilização coletiva.

Em síntese, a BNCC e o Novo Ensino Médio fragilizaram o ensino de Geografia na CREDE 19 ao reduzir tempos, fragmentar saberes e submeter a docência à lógica da performatividade. Ainda assim, revelaram a potência dos professores em reinventar caminhos



I SEMINÁRIO
PROFGEO
URCA
OS DESAFIOS PARA A
CONSTRUÇÃO DE UMA
CULTURA ACADÊMICA NA
PÓS-GRADUAÇÃO



e defender uma educação comprometida com a leitura crítica do espaço e com a formação cidadã.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BALL, Stephen J. Políticas educacionais e performatividade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 53, 2013.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC. Brasília: MEC, 2018.
Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 13 fev. 2024,

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Reforma do Ensino Médio.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm
Acesso em: 13 fev. 2024.

CALLAI, Helena Copetti. **Ensinar Geografia**: leitura e escrita de mundo. Porto Alegre: Mediação, 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Ensinar Geografia para a vida**: fundamentos teóricos e metodológicos. Campinas: Papirus, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

VESENTINI, José William. **A geografia crítica na escola**. São Paulo: Contexto, 2008.